

A moção popular 26 MAI 1987

Mais de quatro mil empresários, carregando um abaixo-assinado de 32 mil colegas, vão lançar em São Paulo, dia 9 de junho, um movimento de promoção política da livre iniciativa. Patrocinado por entidades nacionais do setor industrial, o movimento já nasce com uma sigla absorvente: PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais.

Objetivo imediato: cacarejar os ovos da economia de mercado contra o pano de fundo da Constituinte, com sua inclinação estatizante. Exposição de motivos: a imagem da empresa privada está no chão, solapada politicamente pelo fracasso do Plano Cruzado. É preciso, na avaliação dos empresários, resgatar a verdade viciada: a reforma econômica foi atropelada pela intromissão da classe política nos gabinetes da administração técnica. Os empresários (e os próprios ministros da área econômica) são vítimas da sabotagem política da reforma econômica e não carrascos da sociedade brasileira.

A hora é agora

Como "operacionalizar" a defesa da livre iniciativa em tempo de Constituinte? A hora é agora: as comissões da Constituinte, municiadas pelas sub-comissões, passam a trabalhar na armação do esqueleto da nova Carta Magna, passagem só de ida para o Brasil do terceiro milênio. A sociedade brasileira também pode introduzir suas propostas nesse serviço de corte-e-costura da Constituinte — desde que proposição lastreada por um mínimo de 30 mil assinaturas documentadas e conferíveis.

Os empresários querem produzir essa moção popular, em defesa da livre empresa, com

32 mil assinaturas, no encontro do dia 9. Os trabalhos de recrutamento dos signatários estão sendo conduzidos pelas entidades fundadoras do PNBE. Entre outras, as que representam os ramos industriais de máquinas, equipamentos, fundição, brinquedos, alumínio.

Beco sem saída

Para os articuladores do movimento, a Constituinte coloca problemas de sobrevivência e afirmação da livre iniciativa nas próximas décadas. Mas é preciso não perder de vista a arrumação da casa no Brasil de 87, nesta última semana de maio, por exemplo, a economia brasileira fora de esquadro enfrenta um dilema da pesada: se correr a inflação pega, se ficar a recessão come.

O novo programa econômico, pomposamente chamado de "Plano de consistência macroeconômica", ainda em gestação nas estufas do Ministério da Fazenda, dará uma resposta a esse dramático desafio?

Os empresários torcem o nariz para a idéia de uma nova solução de gabinete, afastada da realidade do mercado. Entendem, porém, que uma calmaria no curso da tempestade cairia feito mosca no mel: em tempo de sinistrose, a Constituinte pode viciar o futuro contrato social da economia brasileira, confundindo remendos de emergência com decisões permanentes.

A trégua social

Como amainar a crise que hoje embaça o horizonte da Constituinte? Os fundadores do PNBE deitam o olho gordo na opção política do pacto social: entidades empresariais e centrais sindicais armariam um

contrato público através do qual os trabalhadores e os empregadores acertariam uma certa contenção no salário em troca de uma garantia de emprego.

A contribuição do governo? Tirar férias de seis meses, deixando o mercado acomodarse por sua própria conta e risco.

Quanto mais o governo interfere no processo de ajuste de uma economia que ele mesmo cuidou de amarfarhar, pior fica o soneto desastrado. Desregular é preciso, suspiram os agentes do PNBE. O governo bancaria a trégua social com uma política de mão-aberta: mais crédito, menos imposto. Em primeiro lugar, desarmar a recessão. Em segundo, derrubar a inflação. Não há outra opção nesta altura da crise.

O radar da crise

Quem elege a recessão como ameaça maior do Brasil 87 é o principal articulador do PNBE, o empresário Paulo Roberto Rodrigues Buttori, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Fundição (Abifa):

"A recessão começa para valer não no palco da indústria automobilística ou do comércio varejista, mas nos bastidores da indústria de fundição. O setor está resfriado. A fundição é o termômetro da temperatura futura do setor industrial no seu conjunto. E esse termômetro indica que a economia brasileira caminha, de fato, para a recessão. Temos de reverter esse processo ainda invisível ou submerso. E para tanto, devemos confiar num entendimento com os sindicatos dos trabalhadores e não propriamente em um novo programa pictórico de estabilização da economia. A livre iniciativa precisa apenas de espaço de decisão e de regras do jogo resgatadas e estáveis".